

MUDA, TRIBUNAL DE CONTAS

ANDERSON FLORES
Procurador-geral do Ministério
Público de Contas de Santa Catarina



Ainda que não se possa invocar como negativas todas e quaisquer decisões emanadas da Justiça, recente julgamento no TSE fez o Brasil questionar a forma de composição daquela Corte.

No âmbito dos Tribunais de Contas (TCs), causou frenesi a prisão de cinco conselheiros do TC-RJ. Embora não se trate de regra, o fato reflete grave situação em uma das cortes de contas da federação e demonstra que o controle externo sobre os TCs deixou de funcionar por um bom tempo, passando a existir, de uma hora para outra, em uma vertente extrema, o controle exercido pelo Judiciário, com enfoque no direito penal.

O país vive crise política e institucional, e a sociedade vê a questão inserida nas demais investigações que abarcam o sistema político. Mas o prejuízo para a imagem dos TCs é muito grande.

Por isso, rever o modelo constitucional das cortes de contas é essencial. Tramita no Congresso PEC 329,

Rever o modelo constitucional das cortes de contas é saudável e essencial

atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, que pretende alterar a forma de composição dos TCs e criar mecanismos de controle externo, além de prever competência do TCU para propositura de lei complementar estabelecendo critérios gerais sobre organização, fiscalização, competências, funcionamento e processo.

A expectativa é de que o debate possibilite mudanças significativas. Além da alteração na forma de nomeação dos integrantes dos TCs, tenho especial apreço pela proposta de constitucionalização expressa da autonomia do Ministério Público de Contas, de forma a consolidar a atuação funcional independente de seus membros.

Para concretizar a mudança, a PEC 329 merece ser aprovada no Congresso. Por isso, o movimento #MudaTC necessita do apoio de todos da sociedade que desejam contribuir com o aprimoramento do trabalho exercido pelos TCs.

Afinal, quem atua nos TCs quer resultados efetivos do controle externo da administração pública, assim como a sociedade quer mudanças nas instituições que zelam pela boa e regular aplicação do dinheiro público.

Afinal, quem atua nos TCs quer resultados efetivos do controle externo da administração pública, assim como a sociedade quer mudanças nas instituições que zelam pela boa e regular aplicação do dinheiro público.